

DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: LIÇÕES APRENDIDAS E DESAFIOS

Haroldo Machado Filho¹

EVOLUÇÃO DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO (ODMS) AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODSS)

A Declaração do Milênio das Nações Unidas (ONU), adotada em 18 de setembro de 2000, foi certamente um marco para a política de desenvolvimento global. No despertar de um novo milênio, chefes de Estado e de governo se reuniram na sede da ONU reafirmando a confiança na organização e em sua Carta como fundações indispensáveis para um mundo mais pacífico, próspero e justo. Eles também afirmaram o compromisso da comunidade internacional com certos valores fundamentais, incluindo liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidades partilhadas².

Assim, objetivos chave foram identificados com o propósito de traduzir tais valores compartilhados em ações³. Os subsequentes Objetivos do Milênio (ODMs), determinando uma série de metas dentro de prazos estabelecidos – sendo o prazo limite o ano de 2015 – tornaram-se a estrutura principal para o avanço do desenvolvimento.

Desde o estabelecimento dos ODMs, diversos esforços foram empreendidos em todo o mundo. Países em desenvolvimento vêm se esforçando signifi-

1 O conteúdo desse artigo não reflete a opinião oficial do PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas). A responsabilidade pela informação e pela visão expressada é de inteira responsabilidade do autor.

2 A/RES/55/2, parágrafo 6.

3 Ibid, parágrafos 19 e 20.

cativamente para atingir os ODMs e têm obtido sucesso relevante em algumas dessas metas. As Nações Unidas revisaram continuamente, de forma anual, o progresso realizado para alcançar os ODMs e alguns eventos especiais foram elaborados para monitorar essa agenda: a Cúpula Mundial de 2005, realizada de 14 a 16 de setembro de 2005; o Evento de Alto Nível em 25 de setembro de 2010; a Cúpula do Objetivos do Milênio de 2010, de 20 a 22 de setembro de 2010, com a adoção do Plano de Ação Global⁴ e o Evento Especial dos ODMs em 25 de setembro de 2013.

Neste processo de revisão contínuo, apesar do reconhecimento de que houve progresso em geral, expressou-se certa preocupação sobre a falta de avanço em algumas áreas, particularmente aquelas relacionadas com saúde materna, neonatal e infantil e saúde reprodutiva, particularmente na África, nos países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem acesso ao mar e Estados insulares em desenvolvimento. Além disso, foi reconhecido que o progresso foi desigual entre regiões e países e dentro dos mesmos⁵. Em 2010, apesar de os Estados-membros terem reafirmado seus compromissos para alcançar os ODMs, eles requisitaram que o Secretário Geral da ONU fizesse recomendações, conforme apropriado, acerca de novas etapas para avançar a Agenda para o Desenvolvimento das Nações Unidas para além de 2015⁶.

A Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável trouxe uma nova abordagem sobre a questão. Em decorrência disso, foi natural que uma discussão sobre objetivos para o desenvolvimento sustentável surgisse, em paralelo com a intensificação dos esforços para acelerar a realização dos Objetivos do Milênio.

No documento final da conferência Rio+20, os ODMs foram sublinhados como “uma ferramenta útil para direcionar a conquista de ganhos de desenvolvimento específicos como parte de uma visão sobre desenvolvimento em geral e um enfoque para atividades de desenvolvimento das Nações Unidas, para a definição de prioridades nacionais e para a mobilização de partes interessadas e recursos na direção de objetivos comuns”⁷.

4 A/RES/65/1: “Keeping the Promise: United to Achieve the Millennium Development Goals”, 19 de outubro de 2010.

5 Ibid, parágrafo 20.

6 Ibid, parágrafo 81.

7 A/CONF.216/L.1, “O futuro que queremos”, 19 de junho de 2012, parágrafo 245.

Além disso, foi reconhecido que “o desenvolvimento dos objetivos também poderia ser útil para buscar uma ação mais focada e coerente para o desenvolvimento sustentável” e “a importância e utilidade de um conjunto de objetivos para o desenvolvimento sustentável”, o qual deveria “endereço e incorporar de maneira balanceada todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável e suas interconexões”. Foi afirmado que “o desenvolvimento destes objetivos não deveria desviar o foco ou esforço na direção de atingir os Objetivos do Milênio”⁸. Todavia, não ficou claro até aquele momento se os ODMs seriam reformulados e mantidos em paralelo a um novo conjunto de objetivos concernentes a questões de desenvolvimento ou se seriam aglomerados em um conjunto único de objetivos. Em 25 de setembro de 2013, os Estados-membros reconheceram no documento final do Evento Especial sobre os ODMs que a agenda futura deveria abordar “a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável”. Os Estados-membros também concordaram em “trabalhar na direção de uma estrutura única e um conjunto de objetivos unificado – universal em sua natureza e aplicável a todos os países [...]”. Assim, o processo de negociações intergovernamentais foi lançado, ancorado também em algumas iniciativas lançadas pela conferência Rio+20, com uma perspectiva de direcionar a adoção da agenda de desenvolvimento pós-2015, em uma cúpula no nível de chefes de Estado e de governo em setembro de 2015⁹. Em 15 de agosto de 2013, o Secretário Geral da ONU publicou sua síntese do relatório sobre os ODMs e a agenda pós-2015, intitulada “Uma vida de dignidade para todos”. Nesse relatório, ele indicou que “[...] [a]s diversas consultas e relatórios sugerem que um conjunto único, balanceado e extenso de objetivos, universal para todas as nações, o qual vise à erradicação de todas as formas de pobreza e integre desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões deve formar o cerne da agenda”¹⁰. Esse relatório foi baseado nos resultados das consultas do Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDG, na sigla em inglês), no relatório do Painel de Alto Nível composto por personalidades eminentes, no relatório

8 Ibid, parágrafo 246.

9 A/68/L.4, “Implementação integrada e coordenada e sequência aos resultados das grandes Conferências da ONU nas áreas econômicas, sociais e campos relacionados. Sequência aos resultados da Cúpula do Milênio”, 1 de outubro de 2013, parágrafo 245.

10 A/68/202, “Uma vida de dignidade para todos: acelerando o progresso em direção aos Objetivos do Milênio e avançando a Agenda pós-2015 da ONU para o desenvolvimento”, Relatório do Secretário Geral, 26 de julho de 2013, parágrafo 109.

da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável, com a contribuição da comunidade acadêmica e científica, o relatório do Compacto Global sobre a contribuição do setor privado e o relatório da Comissões Regionais.

Essa orientação foi seguida pelo Grupo Aberto de Trabalho sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (OWG-SDG, na sigla em inglês), um grupo intergovernamental, estabelecido durante a conferência Rio+20 e encarregado de delinear os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs).

Após um ano de trabalho intensivo, o Grupo Aberto de Trabalho, composto por 70 governos distintos (e outros que desejaram intervir), produziu uma extensa proposta para um novo conjunto de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável substituir os Objetivos do Milênio ao final de 2015, a partir de contribuições técnicas do sistema da ONU. A proposta contém 17 objetivos¹¹ e 169 metas direcionados a promover o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

Os primeiros 16 objetivos são temáticos e concernem áreas prioritárias que aumentam a ambição em relação aos ODMs (pobreza, saúde, educação, gênero) com dimensões adicionais sobre sustentabilidade econômica (crescimento inclusivo, emprego, infraestrutura, industrialização), sustentabilidade ambiental (mudanças climáticas, ecossistemas oceânicos e terrestres, consumo e produção sustentáveis), todos sob uma liga de “sociedades pacíficas e inclu-

11 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. 8. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

sivas para o desenvolvimento sustentável” (agenda de governança, Estado de direito, violência). O décimo sétimo objetivo relaciona-se aos meios de implementação (finanças, comércio, tecnologia, fortalecimento de capacidade, parcerias e dados).

Tal proposta abrange a noção de “não deixar ninguém para trás”, sendo que diversas metas aspiram a zero (ou cobertura total das necessidades básicas das populações). Portanto, o nível de ambição das áreas tradicionais dos ODMs foi elevado.

Em seu relatório síntese sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015, o Secretário Geral da ONU saudou o resultado produzido pelo Grupo Aberto de Trabalho e registrou de forma positiva a decisão da Assembleia Geral de que a proposta seria a principal base para o processo intergovernamental pós-2015¹². Ao passo que isso indicou que os Estados membro negociariam os parâmetros finais da agenda para o desenvolvimento sustentável pós-2015 nos meses subsequentes, o relatório também sobressaltou que “a agenda deveria incluir uma narrativa convincente e basilar, desenvolvida a partir dos resultados de grandes conferências globais, incluindo a Cúpula do Milênio, os resultados da Cúpula Mundial de 2005, a Cúpula sobre os Objetivos do Milênio de 2010, os resultados da Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável e as vozes de pessoas à quem o processo pós-2015 se direciona”¹³. De fato, a proposição apresentada pelo Grupo Aberto de Trabalho foi a base para as negociações intergovernamentais durante 2015, a qual, com pequenos refinamentos, foi adotada como o conjunto central de objetivos e metas contidos na Agenda de Desenvolvimento 2030 aprovada pela Cúpula para o Desenvolvimento Sustentável em 25 de setembro de 2015¹⁴.

O documento “Transformando nosso mundo” afirma com clareza que a nova Agenda se construiu a partir dos ODMs e “busca concluir aquilo que esses objetivos não tiveram sucesso, particularmente em atingir os mais vulneráveis”, mas também reconhecendo que alguns desses objetivos “permane-

12 A/69/700, “O caminho para a dignidade até 2030: acabando com a pobreza, transformando todas as vidas e protegendo o planeta”. Relatório síntese do Secretário Geral sobre a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável pós-2015, 4 de dezembro de 2015, parágrafo 59.

13 Idem, parágrafo 60.

14 A/69/L. 85, Documento final da Cúpula das Nações Unidas para a adoção da Agenda para o Desenvolvimento pós-2015, Anexo, “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, 12 de agosto de 2015.

ceram desimportantes, em particular a saúde materna, neonatal e infantil e a saúde reprodutiva”. Além disso, há uma expressão de comprometimento dos Estados-membros para a realização plena de todos os ODMs, incluindo esses objetivos que permaneceram acessórios.¹⁵

Os ODMs estabelecidos em 2000 criaram uma estrutura para os esforços globais para o desenvolvimento e nos trouxeram a esse ponto. Nesse momento, 2015 e os anos subsequentes devem trazer ações renovadas, com objetivos e metas mais compreensivos, ambiciosos e universais.

Dessa forma, é importante fazer uma avaliação sobre as principais diferenças entre os ODMs e os ODSs a fim de extrair lições aprendidas e olhar para frente para um novo período de oportunidades para aplicar tais lições e aprimorar a política de desenvolvimento global. Assim, a próxima sessão destaca as principais diferenças entre os dois conjuntos de objetivos, ODMs e ODSs, respeitando suas similaridades.

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS OBJETIVOS DO MILÊNIO E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As principais categorias de diferenciação entre os ODMs e os ODSs especificadas nesse artigo são baseadas em um artigo inspirador escrito pelo embaixador André Correa do Lago (um dos principais negociadores durante a Conferência Rio+20), publicado no início de 2013 e, portanto, durante o acalorado debate sobre a adoção de um conjunto único ou duplicado de objetivos. Apesar de o autor ressaltar as diferenças entre a erradicação da pobreza extrema e a promoção do desenvolvimento sustentável, ele argumentou que esses dois desafios seriam melhor endereçados por dois conjuntos de objetivos e metas separados.

Em seu entendimento, tecnicamente, os dois conjuntos de objetivos proveriam a especificidade necessária requerida para cada tarefa, permitindo uma elaboração mais detalhada e significativa dos objetivos e metas para enfrentar cada desafio. Ademais, o embaixador argumentou que, do ponto de vista político, dois conjuntos de objetivos auxiliariam a canalizar a ajuda e os recursos escassos para abarcar o dever moral de erradicar a pobreza extrema e evitariam desviar tais recursos para áreas em que outros recursos financeiros já existem.

Apesar de essa visão não ter prevalecido, as diferenças entre esses dois conjuntos de objetivos que o autor destacou em termos de natureza, disponibilidade de soluções, meios de implementação, foco e prazos permanecem extremamente válidas.

Esse artigo adaptou as categorias de diferenciação apresentadas pelo embaixador Correa do Lago, adicionando outras, que seguem explicadas.

Diferentes escopos

A principal ênfase dos ODMs é reduzir a pobreza extrema e a fome. “Erradicar a pobreza extrema e a fome” foi o primeiro Objetivo do Milênio.

A pobreza extrema ou absoluta foi originalmente definida pelas Nações Unidas em 1995, durante a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, em Copenhague, como “uma condição caracterizada pela privação severa a necessidades humanas básicas, incluindo acesso à alimentação, ao acesso seguro à água potável, à sistemas de saneamento, à saúde, ao abrigo, à educação e à informação. Ela depende não só na renda, mas também no acesso aos serviços”¹⁶. Assim, os ODMs também englobaram a melhoria na educação e na saúde nos países em desenvolvimento. É válido ressaltar que a sustentabilidade ambiental é abordada no objetivo 7 e 8 e encapsula o conceito de parceria global para o desenvolvimento.

Em geral, a pobreza extrema é comumente referida como a condição daqueles que possuem renda abaixo da linha da pobreza de US\$1,25 dólares por dia (nos valores de 2005), definida pelo Banco Mundial. Esse valor é equivalente à renda de US\$1,00 dólar ao dia em 1996 baseado nos preços nos Estados Unidos, o que faz referência à expressão largamente utilizada de “viver com menos de um dólar por dia”. Mais recentemente, em outubro de 2015, a linha da pobreza foi adaptada pelo Banco Mundial para US\$1,90 dólares ao dia, considerando que as diferenças de custo de vida em todo o mundo evoluem (custos de alimentação básica, vestimenta, abrigo).¹⁷

16 A/CONF.166/9, Relatório da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, Anexo II, Programa de Ação, Capítulo II, parágrafo 19.

17 Banco Mundial, Atualização da Linha da Pobreza Global, <http://www.worldbank.org/en/topic/poverty/brief/global-poverty-line-faq>

A referência de US\$1,25 dólares por dia foi usada para mensurar o progresso da meta de reduzir a pobreza extrema pela metade até 2015, segundo o ODM 1, o que foi cumprido cinco anos antes do prazo final do cronograma.¹⁸

Com a expiração dos ODMs se aproximando, houve um entendimento crescente de que a pobreza extrema – a completa privação das condições para que seres humanos atinjam seu potencial – deveria ser erradicada para todas as pessoas em todas as partes do mundo até 2030, o que ficou refletido nos ODSs.

Entretanto o documento “Transformando nosso mundo” reconhece que, em seu escopo, a estrutura da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável vai além dos ODMs. “Junto às contínuas prioridades de desenvolvimento como a erradicação da pobreza, saúde, educação e segurança alimentar e de nutrição, a Agenda determina uma variedade de objetivos econômicos, sociais e ambientais. Ela também promete sociedades mais pacíficas e inclusivas. Por fim, ela também define, de maneira crucial, os meios de implementação.”¹⁹ Dessa forma, o número de objetivos, de oito ODMs para dezessete ODSs, reflete um foco maior para os assuntos envolvidos. Todavia, a complexidade da nova agenda fica traduzida não só na gama mais abrangente de questões englobadas, mas também evoca uma busca por uma abordagem mais compreensiva e integrada. O desenvolvimento sustentável é relacionado à uma abordagem mais balanceada dos desafios econômicos, ambientais e sociais. Assim, as interconexões e os elementos transversais dos objetivos e das metas nessa nova agenda devem ser perseguidos por diferentes atores, o que é crucial em garantir que o propósito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável seja realizado²⁰.

Diferentes enfoques

Baseados em seu escopo específico, os ODMs focaram em melhorar a vida dos cidadãos mais pobres e mais necessitados no mundo. Assim, quando os ODMs foram inicialmente concebidos, eles se voltaram a endereçar mais de um bilhão de pessoas que viviam na condição de pobreza extrema. Houve grande debate sobre se o novo conjunto de objetivos deveria continuar a focar

18 PNUD, Relatório dos Objetivos do Milênio 2015.

19 “Transformando nosso mundo”, parágrafo 17.

20 Idem, preâmbulo.

nos mais pobres. Alguns argumentaram que a estrutura natural para avançar um conjunto de objetivos sobre a erradicação da pobreza absoluta seria um conjunto de ODMs renovado e aprimorado. Essa ideia pode ser justificada de certa forma pelo fato de que, mesmo que a taxa de pobreza tenha diminuído à metade, ainda existem oitocentos milhões pessoas no mundo vivendo abaixo da linha da pobreza absoluta (PNUD, 2015). Elas estão localizadas nos países menos desenvolvidos e nas áreas mais pobres dos países em desenvolvimento. Apesar da diversidade geográfica, elas vivem em condições bastante similares e se beneficiariam significativamente de um conjunto específico de medidas focadas nesse problema. Apesar disso, conforme previamente explicado, o escopo dos ODSs vai além da pobreza. Na medida em que concerne a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, esses objetivos estão destinados à população mundial como um todo. O desenvolvimento sustentável deve ser promovido em todo o mundo e por todos. Os ODSs são parte da primeira agenda universal para o desenvolvimento sustentável, o que significa que todas as nações – desenvolvidas e em desenvolvimento – estão sendo convocadas a tomarem medidas urgentes em seus próprios territórios. Os ODSs foram chamados de “Objetivos Globais”, dado que são ambiciosos, abrangentes e requerem adesão da comunidade global, de todas as pessoas no mundo, para que sejam bem-sucedidos e promovam mudanças efetivas. Mesmo que tenha sido afirmado que os ODSs são globais em sua essência e universalmente aplicáveis, também foi reconhecido que contextos nacionais diferentes, capacidades e níveis de desenvolvimento distintos bem como o respeito às políticas e prioridades nacionais devem ser considerados. Apesar de os objetivos serem definidos como aspirações globalmente, é importante observar que cada governo determina seu próprio conjunto de metas guiado por um nível global de ambição, mas considerando suas circunstâncias nacionais²¹.

Como não poderia ser diferente, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento sublinha “os desafios especiais enfrentados pelos países mais vulneráveis e, em especial, os países africanos, os países menos desenvolvidos, países sem acesso ao mar em desenvolvimento e pequenos países insulares, assim como os desafios específicos enfrentados pelos países de renda média. Países em situações de conflito também necessitam de atenção especial”²². Nesse sentido, é natural

21 “Transformando nosso mundo”, parágrafo 55.

22 Ibid, parágrafo 56.

que sejam esperados resultados diferentes de países diferentes. Os países mais vulneráveis devem ter como prioridade a erradicação da pobreza extrema – um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável – e construir sociedades mais resilientes; países em desenvolvimento devem, primeiramente, avançar os ODMs e, após isso, prepararem-se para tomar medidas mais ambiciosas em direção à sustentabilidade; países desenvolvidos devem liderar a promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo, considerando as tecnologias e os recursos financeiros que comandam.

Além de países, deve-se direcionar atenção para povos e grupos em maior necessidade, a fim de garantir princípios de não-discriminação, igualdade e inclusão em todos os níveis. Não só pessoas exigem o fim de todas as formas de desigualdade de gênero, discriminação baseada em gênero e violência contra mulheres, mas há também um consenso geral sobre a necessidade de incluir pobres, crianças, adolescentes, jovens e idosos, bem como desempregados, populações rurais, populações que moram em favelas, pessoas com deficiências, povos indígenas, imigrantes, refugiados e pessoas desalojadas, refugiados climáticos, pessoas vivendo em situações de emergências humanitárias ou afetadas por terrorismo, e todos os outros grupos vulneráveis e minorias²³.

Diferentes atores

Dentre as diferenças mencionadas acima, é fácil identificar que o escopo das ações requeridas dentro da estrutura dos ODSs é mais abrangente e variado quando comparado à estrutura dos ODMs. Dessa forma, diferentes ações devem ser executadas por diferentes atores. No combate à pobreza extrema, houve uma primeira percepção errônea de que todos os esforços para combatê-la deveriam ser realizados por atores governamentais, dado que segurança alimentar, saúde e educação são serviços providas pelo governo, em que os bens são financiados por impostos definidos por critérios diferentes. Em certa medida, baseados nessa percepção equivocada, os objetivos e metas dos ODMs estiveram usualmente relacionados à provisão pública de bens comuns.

23 A/69/700, “O caminho para a dignidade até 2030: acabando com a pobreza, transformando todas as vidas e protegendo o planeta”. Relatório síntese do Secretário Geral sobre a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável pós-2015, 4 de dezembro de 2015, parágrafo 51.

Contudo, considerando a experiência das duas últimas décadas, os ODMs contribuíram significativamente para o avanço no combate à pobreza extrema e ensinaram ao mundo como governos, empresas e a sociedade civil podem trabalhar em conjunto para alcançar avanços transformacionais²⁴. Cada pessoa, comunidade, empresa, organização e governo (em níveis diferentes, por exemplo, municipalidades, estados e governos federais) podem desempenhar papéis, ou seja, mais de 7 bilhões de pessoas atuando para fazer o mundo um lugar melhor. Ademais, a sociedade civil mundial como um todo atua de maneira essencial para responsabilizar os líderes globais.

No desenvolvimento de uma agenda universal e integrada para o desenvolvimento sustentável, endereçar o crescimento econômico, a justiça social e controle ambiental, bem como ressaltar a conexão entre paz, desenvolvimento e Direitos Humanos, ficou claro que a nova agenda não seria bem-sucedida sem o compromisso total de todas as partes interessadas. O preâmbulo da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável sublinha que “todos os países e todas as partes interessadas atuando em parcerias colaborativas implementarão esse plano”.²⁵ Além disso, o documento é ainda mais específico quanto aos atores, afirmando que “[...] [n]ossa jornada envolverá governos, assim como parlamentos, o sistema das Nações Unidas e outras instituições internacionais, autoridades locais, povos indígenas, sociedade civil, empresas e o setor privado, a comunidade científica e acadêmica – e todas as pessoas.”²⁶ Certamente, o sucesso da agenda não só dependerá da quantidade de atores envolvidos. A implementação dos objetivos e metas dependerá de parcerias inclusivas, com atores comprometidos, em todos os níveis, atuando em conjunto em prol de problemas comuns. O Secretário Geral da ONU resumiu isso em uma nova tendência: “Parcerias transformativas são construídas em princípios e valores, visões e objetivos compartilhados: colocando pessoas e o planeta no centro. Elas incluem a participação de atores relevantes, em que o compromisso mútuo é crítico. Isso significa a formação de parcerias entre o setor público, o privado e o civil de maneira ética e responsável.”²⁷

24 Ibid, parágrafo 28.

25 “Transformando nosso mundo”, preâmbulo.

26 Ibid, parágrafo 52.

27 “O caminho para a dignidade até 2030”, parágrafo 81.

Diferentes processos de construção

O engajamento de diferentes atores varia conforme o maior grau de controle da agenda. Nesse sentido, o processo participativo dos ODMs foi caracterizado por alguns como majoritariamente “de cima para baixo” (“top-down”, no jargão em inglês). Alguns ainda afirmaram que as demandas daqueles para os quais os objetivos se dirigem não foram incluídas no conjunto final de objetivos e metas.²⁸ Todavia é necessário reconhecer que durante o Fórum do Milênio das Nações Unidas, em maio de 2000, um encontro preparatório para a Assembleia do Milênio das Nações Unidas (a denominação do encontro da Assembleia Geral daquele ano), diversos representantes da sociedade civil e de ONGs de todo o mundo se envolveram (ONU, 2000). Assim, conforme convocado pela Assembleia Geral²⁹, a Cúpula do Milênio ocorreu em Nova Iorque em setembro de 2000, quando a Declaração do Milênio foi lançada. Esse foi o documento principal da Cúpula, o qual originou os Objetivos do Milênio. A declaração continha os valores, princípios e objetivos da agenda internacional para o século XXI (ONU, 2000a). Independentemente da validade do argumento supracitado, o processo de construção da Agenda pós-2015 para o desenvolvimento foi percebido como intensamente participativo e democrático. Os ODMs deixaram um legado importante com relação à importância de incluir um largo espectro de atores mundiais, não só na etapa de delinear essa nova agenda, mas também, e ainda mais importante, na etapa de implementação da mesma nos contextos nacionais e locais. Nesse processo contínuo, organizações da sociedade civil de todo o mundo estiveram ativamente engajadas, bem como a academia, instituições de pesquisa e “think tanks”. Na preparação para os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável (que ocorreram de 16 a 19 de junho de 2012 no Rio de Janeiro), organizados pelo governo brasileiro no contexto da Rio+20, a iniciativa dos Diálogos foi lançada por meio de uma plataforma digital (<https://www.riodialogues.org/>), com o apoio do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), a fim de prover um espaço

28 BOND, P. (2006). “Global governance campaigning and MDGs: from top-down to bottom-up antipoverity work”. *Third World Quarterly*, 27, p. 339–354.

29 “Em 17 de dezembro de 1998, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a resolução 53/202, a qual designa que a 55ª sessão da Assembleia Geral que se iniciou em 5 de setembro de 2000 como a “Assembleia do Milênio das Nações Unidas e conduzir a Cúpula do Milênio das Nações Unidas de 6 a 8 de setembro de 2000” (ONU: 2000b).

de discussão democrático para o público em geral. Os debates virtuais em cada um dos dez temas dos Diálogos, facilitado por pesquisadores de renomadas instituições acadêmicas mundiais, resultou em dez recomendações concretas, as quais podiam ser visualizadas e votadas pelo público no website. As dez recomendações em cada tema, ranqueadas pelo apoio recebido dentro da plataforma e pelos votos recebidos no site, foram encaminhadas para a conferência oficial. Essa inovadora ponte entre a sociedade civil e chefes de Estado e de governo foi percebida como elemento de extrema importância para contribuir para a incorporação e o engajamento dos diferentes atores, baseados no entendimento de que a participação pública é essencial para a consolidação do desenvolvimento sustentável como paradigma para ação dos setores públicos e privados. Desde a conferência Rio+20, devido aos processos que o documento resultante da conferência acarretou e com base na experiência bem-sucedida dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, um processo de consulta compreensivo e inclusivo foi incluído para os assuntos globais. Foram desenvolvidas consultas públicas nacionais e globais em mais de cem países, envolvendo a participação de múltiplos atores. Por exemplo, “Meu Mundo” foi uma pesquisa desenhada para avaliar as seis questões de desenvolvimento que mais impactam a vida das pessoas. A pesquisa foi respondida por mais de 7 milhões de pessoas de diversas regiões do mundo. Igualmente importante, a plataforma “O Mundo que Queremos” possibilitou discussões sobre diversos temas do processo de desenvolvimento pós-2015. Essas duas iniciativas contribuíram como subsídios para a formulação da Agenda Pós-2015 (ONU, 2015). Além de consultas ao Grupo de Desenvolvimento da ONU (UNDG, na sigla em inglês), às Comissões Regionais, ao Painel de Alto Nível composto por personalidades eminentes, outra importante fonte de consulta foi a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN, na sigla em inglês), lançada pelo Secretário Geral da ONU em agosto de 2012, a qual “mobiliza a expertise científica e técnica da academia, da sociedade civil e do setor privado a fim de apoiar soluções para o desenvolvimento sustentável nos níveis local, nacional e global.” (SDSN, 2015). Quanto ao setor privado, algumas contribuições valiosas foram elaboradas no âmbito do Pacto Global da ONU, o qual tem como objetivo “empreendimentos comprometidos em alinharem suas operações e estratégias com os dez princípios acordados globalmente nas áreas de Direitos Humanos, trabalho, meio ambiente e anti-corrupção” (UN Global Compact, 2015). Todos esses subsídios foram importantes não somente na elaboração

dos relatórios do Secretário Geral, mas também para as deliberações intergovernamentais sob o Grupo Aberto de Trabalho sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Diferentes soluções

Os dados e as análises apresentadas no Relatório do Milênio 2015 mostram que intervenções direcionadas, estratégias robustas, recursos adequados e vontade política irão trazer progresso, mesmo nos países mais pobres³⁰. Conforme colocado pelo Secretário Geral da ONU em seu relatório-síntese sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, “após ganhos profundos e consistentes, nós sabemos que é possível erradicar a extrema pobreza dentro da próxima geração” (Ban Ki-Moon, 2014). A extrema pobreza foi erradicada na maioria dos países desenvolvidos e em grande parte de países em desenvolvimento. Assim, apesar de, reconhecidamente, não haver uma fórmula única para combater a extrema pobreza, existem diferentes respostas de acordo com contextos específicos. Com os recursos e as tecnologias necessários, combinados com engajamento político de governos no nível local e nacional, da sociedade civil e da comunidade internacional, é possível prover os serviços básicos para as populações e alcançar os objetivos estabelecidos pelos ODMs e, então, erradicar a extrema pobreza com ferramentas já disponíveis. Por outro lado, não é possível afirmar que um país específico tenha atingido completamente o desenvolvimento sustentável. Entendendo esse como um conceito multidimensional e transversal, ainda há muito a se fazer no sentido de atingir padrões de desenvolvimento sustentável dentro e entre países. Erradicar a pobreza é apenas uma das metas básicas a ser atingida. No relatório-síntese mencionado acima, o Secretário-Geral da ONU aponta que a comunidade internacional tem algumas respostas sobre como atingir o desenvolvimento sustentável nos níveis local, nacional e internacional. Por exemplo, o uso de novas tecnologias é sublinhado como uma forma de abrir o leque de opções de abordagens mais sustentáveis e eficientes. Além disso, o setor público pode incrementar significativamente a arrecadação de recursos por meio de reformas do sistema fiscal, combatendo a sonegação de impostos, corrigindo desigualdades e combatendo a corrupção. Ademais, há uma quantidade significativa de recursos inexplorados ou des-

perdiçados que poderiam ser direcionados para o desenvolvimento sustentável. Em conjunção a esses fatores, empresas mais progressivas vêm liderando a transformação de suas atividades em negócios sustentáveis, e isso é somente uma mudança superficial no potencial para investimentos eticamente impulsionados por parte do setor privado. O Secretário Geral também reforçou que com os incentivos, as políticas e os regulamentos corretos e o monitoramento dos mesmos, surgirão grandes oportunidades (Ban Ki-Moon, 2014). Apesar disso, a maioria das ferramentas para atingir o desenvolvimento sustentável ainda deve ser desenvolvida, especialmente para assegurar que haja coerência nas políticas considerando as três dimensões da sustentabilidade. Certamente, existem iniciativas criativas pelo mundo, liderando novos modelos sustentáveis de produção e consumo que poderiam ser replicadas. A governança nos níveis nacional e internacional poderia ser reformada a fim de servir de forma mais eficiente a realidade desse século. O mundo nunca foi tão interconectado de forma tão rápida e é inegável que a revolução da informação está em curso. Existe uma “sociedade civil verdadeiramente globalizada, interconectada e altamente mobilizada” emergindo, que pode atuar como “uma máquina poderosa para induzir mudança e transformação.” (Ban Ki-moon, 2014). Todavia ainda há um longo caminho em descobrir soluções que possam acelerar o crescimento econômico ao passo que também resolvam os desafios sociais e ambientais.

Diferentes meios de implementação

Como mencionado acima, existe um entendimento geral de que todos os esforços para combater a pobreza devem ser feitos por atores governamentais e que esse combate depende de assistência, recursos públicos e filantropia. Apesar do crescente consenso sobre as limitações dessa visão, os ODMs foram comumente associados a esses meios de implementação. Existe outra concepção errônea de que o combate à pobreza não oferece – e não deveria oferecer – retornos financeiros de curto prazo. Seguindo essa linha, o papel do setor privado é visto como limitado no sentido de contribuir nessa área. Assim, uma abordagem internacional específica para a erradicação da pobreza extrema seria fundamental a fim de prevenir que recursos disponíveis sejam investidos em outros setores, nos quais já existem outras opções. A promoção do desenvolvimento sustentável oferece muitas oportunidades para o setor privado,

desde tecnologias à crescente classe média mundial. Conforme a demanda por produtos produzidos de maneira sustentável cresce, empresas investirão em soluções. Governos também podem desempenhar um papel importante na provisão de incentivos fiscais e mesmo investimento direto. Recursos vindos de agências para o desenvolvimento e de filantropia são insuficientes para a escala de investimentos necessários para promover o desenvolvimento sustentável e podem ser facilmente substituídas por outras fontes de financiamento. Dentre as discussões que culminaram com a aprovação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, houve uma importante discussão sobre sua implementação. É evidente que a nova agenda requer uma parceria global renovada que possa “facilitar um intenso engajamento global em apoio a implementação de todos os objetivos e metas dos ODSs, unindo governos, o setor privado, a sociedade civil, o sistema das Nações Unidas e outros atores e possa mobilizar todos os recursos disponíveis”.³¹ Dessa forma, foram incluídos meios de implementação das metas sob os 16 objetivos temáticos e também como um dos objetivos em si, o décimo sétimo, sobre meios de implementação (Grupo de Desenvolvimento da ONU, 2014). A formulação do ODS 17 é particularmente importante, pois esclarece que recursos financeiros não são o único meio de implementação, dado que o objetivo abrange tecnologias financeiras, capacitação, comércio e “questões sistêmicas”, que incluem coerência política e institucional, parcerias entre diferentes atores, coleta de informações, monitoramento e responsabilidade. Além disso, a Agenda menciona que uma linha de ação para uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável renovada deve ser apoiada por políticas concretas e pelas ações destacadas pela Agenda para Ação de Addis Abeba³², a qual foi considerada parte integral da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, ao apoiar, complementar e auxiliar na contextualização dessas metas para os meios de implementação. “Ela se relaciona com os recursos públicos, finanças e negócios privados domésticos e internacionais, cooperação para o desenvolvimento internacional, comércio internacional como força para o desenvolvimento, sustentabilidade de dívidas públicas, endereçamento de temas científicos e sistêmicos, tecnologia e inovação e capacitação, e coleta de dados, monitoramento e acompanha-

31 “Transformando nosso mundo”, parágrafo 39.

32 Agenda de Ação de Addis Abeba da Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Agenda de Ação de Addis Abeba), adotada pela Assembleia Geral em 27 de julho de 2015 (resolução 69/313).

mento.”³³ Dessa forma, é evidente que os meios de implementação relacionados aos ODSs são mais abrangentes e diversificados do que aqueles que foram considerados para os ODMs.

Diferentes prazos

Por meio dos ODMs, a comunidade internacional percebeu que o estabelecimento de objetivos constrangidos por certos prazos ou calendários é um dos melhores mecanismos para atingir melhores resultados para o desenvolvimento. Quando a comunidade internacional decidiu na Declaração do Milênio em “reduzir à metade, até o ano de 2015, a proporção da população mundial cuja renda é menor que um dólar por dia e a proporção de pessoas que sofrem de fome” e, até esse mesmo prazo final, decidiram em reduzir de maneira significativa outros problemas de países em desenvolvimento³⁴, a comunidade internacional assumiu um importante passo em direção a um modo mais responsável de avaliar comprometerimentos realizados em nível global. O progresso feito para atingir os ODMs mostrou que a pobreza absoluta pode ser erradicada dentro dos próximos 15 anos. O foco que os ODMs trouxeram foi fundamental para atingir uma redução sem precedentes nos níveis mundiais de pobreza extrema na última década. Se essa visão for retida e a tendência atual para redução da pobreza extrema mantida, é realístico afirmar que a pobreza extrema será erradicada do mundo até 2030. É um dever moral que toda a população mundial deve se comprometer. No que se refere ao prazo para cumprir com esses objetivos, assim como com os ODMs, a comunidade internacional estabeleceu um limite temporal de 15 anos para cumprir com os “Objetivos Globais”. O título dessa nova agenda é indicativo desse novo prazo estabelecido: “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. O preâmbulo é muito claro em afirmar que os objetivos e metas contidos no documento “irão estimular ações para os próximos 15 anos em áreas de importância crítica para a humanidade e para o planeta”³⁵. Apesar de existir uma diferença de prazos entre os conjuntos de objetivos, é importante lembrar que a promoção do desenvolvimento sustentável é um

33 “Transformando nosso mundo”, parágrafo 40.

34 Declaração do Milênio da ONU, parágrafo 19.

35 “Transformando nosso mundo”, preâmbulo.

esforço em aberto. Trabalhar para atingir os “Objetivos Globais” tornará o mundo um lugar melhor para as gerações futuras. Nesse sentido, um importante marco que foi cuidadosamente considerado foi o ano de 2050, no qual a população global deve atingir seu pico em, aproximadamente, 9 a 10 bilhões de pessoas, sendo a maioria parte da crescente classe média. Pensando para além desse marco, é necessário garantir que gerações futuras após 2050 também tenham suas necessidades garantidas.

DESAFIOS PARA PROMOVER UM DESENVOLVIMENTO MAIS SUSTENTÁVEL

Os ODMs produziram o mais bem-sucedido movimento pela erradicação da pobreza na história e servirão como referência para a nova agenda para o desenvolvimento sustentável adotada. Por meio dos ODMs, a comunidade internacional aprendeu que o estabelecimento de objetivos é o melhor mecanismo para atingir melhores resultados para o desenvolvimento, no sentido de que tais compromissos são acompanhados de ações efetivas. Foi crescentemente reconhecido que com o estabelecimento de objetivos mensuráveis, resultados claros e quantificáveis podem ser atingidos. O Relatório dos Objetivos do Milênio 2015 indicou que o esforço realizado nos últimos 15 anos para atingir esses oito objetivos inspiradores estabelecidos na Declaração do Milênio em 2000 foi um sucesso mundial. O relatório confirma que o estabelecimento de objetivos pode tirar milhões de pessoas da situação de pobreza, empoderar mulheres e meninas, melhorar a saúde e o bem-estar e prover muitas oportunidades para vidas melhores. Por outro lado, o relatório reconhece alguns desafios que se mantêm. O progresso foi irregular entre regiões e países, deixando lacunas significativas. Milhões de pessoas, principalmente as mais pobres e em situação de desvantagem devido ao seu sexo, idade, deficiência, origem étnica ou localização geográfica, ficaram “para trás”³⁶. O mote da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – “Ninguém deve ser deixado para trás” – é também o maior desafio. Dado que a dignidade de toda pessoa humana é fundamental, é crucial buscar que os objetivos e metas sejam alcançados para todas as nações e todos os povos e para todos os segmentos da sociedade até 2030. Apesar do reconhecimento da importância de priorizar aqueles que estão “mais atrás”, muitas dificuldades permanecem. Assim, serão necessários dados

de qualidade, acessíveis, confiáveis, desagregados e produzidos de maneira efetiva para identificar aqueles mais vulneráveis, para refinar a tomada de decisões e para medir o progresso realizado. O progresso realizado para atingir os oito ODMs foi medido por vinte e uma metas e sessenta indicadores oficiais. O progresso realizado para atingir os dezessete ODSs será medido por 169 metas e um número de indicadores ainda não estabelecido³⁷. O levantamento de dados será, certamente, um dos maiores desafios. Os dados preliminares para muitas das metas ainda permanecem indisponível e será necessário “mais suporte para o fortalecimento da coleta de dados e da capacitação nos Estados-Membros, a fim de desenvolver dados básicos onde esses ainda não existem”³⁸. Nesse sentido, é importante ressaltar que os Estados-Membros concordaram que um dos princípios que guiará os processos de revisão e acompanhamento é que sejam “centrados em pessoas, sensíveis à dimensão de gênero, preocupados com questões de direitos humanos e tenham um foco particular sobre os mais pobres, mais vulneráveis e sobre aqueles que ficaram mais para trás”³⁹. O mundo mudou de forma significativa desde 2000 e os ODSs proveem um enquadramento para solucionar tanto os antigos desafios que se intensificaram, bem como as novas complexidades que emergiram no momento contemporâneo, incluindo a erradicação da pobreza, a mitigação das mudanças climáticas, o desemprego e a desigualdade de gênero. Novas tendências demográficas vêm mudando o mundo, um mundo “em envelhecimento”, dado que as pessoas vivem vidas mais longas e com mais qualidade. Além disso, é importante notar que o mundo está crescentemente urbanizado, posto que mais da metade da população mundial vive em cidades e vilas urbanas, e um mundo em que a mobilidade é cada vez maior, com milhões de migrantes internacionais. Todas essas tendências terão impactos diretos nos objetivos estabelecidos e apresentarão tanto desafios quanto oportunidades⁴⁰. A interconexão global cria novos problemas, mas também traz grande potencial para acelerar o progresso hu-

37 O Grupo de Experts inter-agencial sobre os indicadores dos ODSs (IAEG-SDGs, na sigla em inglês), criado em 6 de março de 2015 na 46ª sessão da Comissão Estatística das Nações Unidas está a cargo de preparar uma proposta com uma abordagem para os indicadores globais (e indicadores universais associados). A abordagem será acordada pela Comissão Estatística da ONU até março de 2016 e será adotada a partir desse momento pelo Conselho Econômico e Social e pela Assembleia Geral.

38 “O caminho para a dignidade até 2030”, parágrafo 57.

39 Idem, parágrafo 74 (e).

40 Ibidem, parágrafo 30.

mano. Se a comunidade internacional for capaz de reduzir a lacuna digital, a disseminação de informação e a tecnologia de comunicação podem levar o conhecimento a todas as sociedades, onde a inovação científica e tecnológica entre diversas áreas pode promover um progresso sem precedentes.

Todavia a natureza integrada e indivisível dos ODSs é o que constitui seu principal desafio, mas é também seu ponto mais forte. Todos os atores podem aprender sobre como balancear as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a dimensão econômica, a social e a ambiental. Essa abordagem integrada deve ser refletida no planejamento, na implementação e no monitoramento e avaliação das ações. Existem conexões profundas e diversos elementos transversais entre os objetivos e metas que devem ainda ser explorados. Independentemente das diferenças apontadas nesse artigo entre os ODMs e os ODSs, o novo enquadramento proposto, em conjunção com as prioridades para o desenvolvimento como a erradicação da pobreza, suscita a promoção do desenvolvimento sustentável considerando todas essas dimensões. Apesar de os dois conjuntos de objetivos apresentarem diferenças no escopo, foco, atores, processos, soluções, meios de implementação e prazos, ambos têm o mesmo objetivo final: transformar o mundo – para as pessoas e para o planeta – em um lugar melhor.

HAROLDO MACHADO FILHO é PhD em Direito Internacional pelo Instituto de Altos Estudos Internacionais, em Genebra, Suíça. É Assessor Especial sobre Desenvolvimento Sustentável no PNUD/Brasil; negociador do Governo Brasileiro em Conferências das Nações Unidas sobre Mudança do Clima desde 1998. Além disso, é *lead author* do V relatório do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima – IPCC (Grupo III) e Árbitro (nomeado pelo Governo brasileiro) do Painel de Peritos Ambientais na Corte Permanente de Arbitragem, em Haia, na Holanda. É também ponto focal do PNUD no Brasil sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015 e, atualmente, co-preside a Força Tarefa no âmbito do Sistema ONU no Brasil sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

REFERÊNCIAS

BOND, P. *Global governance campaigning and MDGs: from top-down to bottom-up antipoverty work*. *Third World Quarterly*, 27, p. 339–354, 2006.

KI-MOON, Ban (2014). *The Road to Dignity by 2030: ending poverty, transforming all lives and protecting the planet: synthesis report of the Secretary-General on the post-2015 sustainable development agenda*. 2015 Available in: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/69/700&Lang=E>. Date accessed: 12 March 2015.

WORLD BANK, *Global Poverty Line Update*. Available in: <http://www.worldbank.org/en/topic/poverty/brief/global-poverty-line-faq> Date accessed: 26 October 2015.

UNITED NATIONS. *Millennium Forum adopts final declaration, action plan agenda*. Press Release GA/9712. 26 May 2000. Available in: <<http://www.un.org/press/en/2000/20000526.ga9712.doc.html>>. Date accessed: 30 March 2015.

UNITED NATIONS. *Millennium Summit of the United Nations*. 2000a. Available in: <<http://www.un.org/en/development/devagenda/millennium.shtml>>. Date accessed: 30 March 2015.

UNITED NATIONS. *55th Session General Assembly. The Millennium Assembly of the United Nations*. 2000b. Available in: <<http://www.un.org/ga/55/>>. Date accessed: 30 March 2015.

UNITED NATIONS (2015). *We can end Poverty. Millennium Development Goals and Beyond 2015*. Available in: <<http://www.un.org/millenniumgoals/beyond2015.shtml>>. Date accessed: 11 March 2015.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT GROUP. *Delivering the Post-2015 Development Agenda: Opportunities at the National and Local Levels*. 2014. Available in: <<http://www.undp.org/content/dam/undp/library/MDG/Post2015/UNDP-MDG-Delivering-Post-2015-Report-2014.pdf>>. Date accessed: 11 March 2015.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. *Overview of the UN Global Compact*. 2015. Available in: <<https://www.unglobalcompact.org/AboutTheGC/index.html>>. Date accessed: 30 March 2015.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2015). *Millennium Development Goals Report 2015*. Available in: <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/mdg/the-millennium-development-goals-report-2015.html>>. Date accessed: 03 August 2015.

UNITED NATIONS SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK. *Vision and Organization*. 2015. Available in: <<http://unsdsn.org/about-us/vision-and-organization/>>. Date accessed: 11 March 2015.